

ECONOMIA SOLIDÁRIA E GOVERNANÇA TERRITORIAL: A experiência do território quilombola Charco, São Vicente Ferrer- MA.

Ana Cláudia Barros Pinheiro¹
Ronald Bruno Silva Pereira²
José do Nascimento Santos³

Resumo

Neste trabalho pretende-se apresentar os resultados alcançados no processo de construção da autonomia através da economia solidária e da governança territorial, por entender o importante papel que ambas tem no processo de construção coletiva para superar as desigualdades socioeconômicas locais. No âmbito da primeira fase do projeto de extensão intitulado “Economia Solidária na Rede Agroextrativista do Babaçu: desenvolvendo ferramentas para enfrentar os desafios da sustentabilidade e da governança territorial”, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Questões Agrárias (NERA/UFMA) em parceria com as Associações Quilombolas das duas comunidades que compõem o território: Charco e Jussaral, a Comissão Pastoral da Terra (CPT-Pinheiro) e o Movimento Interstadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). A partir de uma metodologia que se fundamenta no enfoque participativo, em que saberes locais e científicos são compreendidos como complementares.

Palavras-chave: Governança Territorial; Economia Solidária; Extrativismo do Babaçu.

Introdução

Os óbices territoriais das comunidades tradicionais no Maranhão resultam de uma estrutura fundiária socialmente desigual e injusta, historicamente construída sob a lógica do capital fundiário. Essa estrutura tem suas raízes desde o processo de colonização, entretanto evidenciou-se ainda mais com a Lei nº 2.979/1969 - também conhecida como “Lei Sarney de Terras”, que assim como os grandes projetos de colonização e de desenvolvimento agropecuário, que possibilitaram a capitalização praticamente indistinta das terras devolutas, aumentando, assim, a concentração fundiária no estado.

¹ Universidade Federal do Maranhão, anacbp97@outlook.com

² Universidade Federal do Maranhão, brunosilvaufma@hotmail.com

³ Universidade Federal do Maranhão, josedonascimento2008@gmail.com

Esse processo desconsiderou as formas de apropriação do território pré-existent, e atingiu sobremaneira as comunidades tradicionais, seus modos de vida e lógicas produtivas, especialmente as comunidades remanescentes de quilombo, cuja lógica de uso da terra, em sua maioria, baseia-se na coletividade e territorialidade do grupo. Ao mercantilizar as terras por elas ocupadas há décadas, sem lhes reconhecer o direito ao território constituído ao longo das gerações, o Estado perpetuou o sistema de exploração baseado na “renda da terra”, a expropriação daqueles que não poderiam pagar por um lote. Tal situação implicou em um aumento dos conflitos no campo.

Não tendo sido contempladas pelos projetos do Estado, restaram às comunidades quilombolas somente a resistência e um intenso processo de lutas pelo reconhecimento do direito de permanecerem nos territórios. Essas lutas têm sido travadas com supostos proprietários (grileiros, fazendeiros, empresários, empresas etc.) que, salvaguardados pelas brechas da lei e por seu “poder econômico e político”, tentam expulsá-los com uso força armada (pistoleiros e policiais). Mais recentemente essas lutas têm sido travadas também diretamente com o Estado, uma vez que a Constituição Federal de 1988 garante-lhes o direito aos seus territórios.

Nesse contexto, o território quilombola do Charco, situado no município de São Vicente Férrer, na Baixada Maranhense, é um dos 337 territórios quilombolas com processo aberto no estado do Maranhão junto ao INCRA, para reconhecimento do direito territorial . A partir da abertura do processo de titulação que ocorreu em 2009, as comunidades passaram por intensas situações de ameaça, culminando com a morte de sua principal liderança em 2010. Assim, a história do Charco, tal como a de muitas comunidade quilombolas no Brasil constitui-se em um exemplo não só de luta, mas também de resistência e organização para garantir o uso autônomo e bem viver no seu território.

Neste contexto, este trabalho apresenta para o debate os resultados alcançados no processo de construção da autonomia territorial, no âmbito do projeto de extensão intitulado “Economia Solidária na Rede Agroextrativista do Babaçu: desenvolvendo ferramentas para enfrentar os desafios da sustentabilidade e da governança territorial”, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Questões Agrárias (NERA/UFMA) em parceria com as Associações Quilombolas Charco e Juçaral ,duas comunidades que compõem o território, a Comissão

Pastoral da Terra (CPT-Pinheiro) e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

Tal proposta partiu da iniciativa das mulheres quebradeiras de coco babaçu do Charco, a partir de sua aglutinação para extração coletiva do azeite de babaçu, produzido de forma artesanal e costumeiramente utilizado na culinária tradicional da região. Com o desenvolvimento da proposta resolveu-se adotar os princípios da economia solidária e da governança territorial por entender o importante papel que ambas tem no processo de construção coletiva para superar as desigualdades socioeconômicas locais.

A metodologia empregada foi enfoque participativo, em que saberes locais e científicos são compreendidos como complementares. Baseado nas propostas de Andrade, Souza e Ramos (2015). Tal metodologia parte do pressuposto de que a participação deve ser concebida como um ato interativo entre os diversos atores sociais, a fim de conhecer e compreender o contexto no qual se encontram estes atores, as situações que precisam de possibilidades de ações, utilizando o ato comunicativo no seu processo de acompanhamento do grupo. Deste modo, tomamos como ponto de partida para instrumentalização das ações a pesquisa bibliográfica e acerca das metodologias participativas inspiradas em Thiollent (1988) e Vasconcellos (1998). Foram realizados levantamentos bibliográficos acerca da economia solidária, bem como sobre experiências de organizações sociais que atuam neste campo, assim como acerca da governança territorial no campo do babaçu entendendo-o como recurso natural com potencialidade a geração de renda por meio de empreendimentos solidários. Tais informações foram sistematizadas e compartilhadas com a comunidade através de oficinas, roda de conversa e seminários.

De onde partimos

O território quilombola do Charco, situado no município de São Vicente Ferrer, na microrregião da Baixada Maranhense, é composto por duas comunidades (Charco e Jussaral), tais comunidades travam luta pelo reconhecimento dos seus direitos territoriais desde 2009, a ponto de em 2010 ter sua principal liderança, Flaviano Pinto Neto, assassinado em decorrência do conflito agrário. Esses grupos sociais historicamente foram excluídos dos processos de tomada de decisão, em muitos casos tiveram suas terras expropriadas por fazendeiros e grandes

projetos desenvolvimentistas e atualmente pelo *agronegócio*. De certa forma, essas populações foram ignoradas, até que emergiram conflitos resultantes da luta por direitos dessas populações de se reproduzirem social e materialmente, o conflito as tornou visíveis

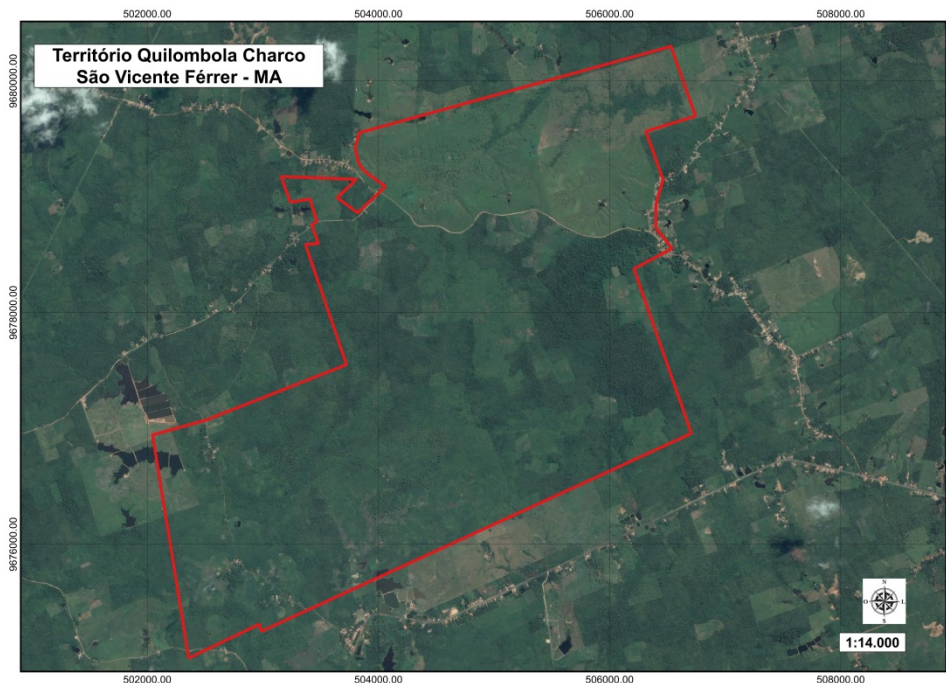


Figura1: Território Charco.

Fonte: NERA/UFMA 2016

Somente em Junho de 2015 foi publicado pelo governo federal o decreto de desapropriação da área reivindicada pelos quilombolas, o que representou para as comunidades Charco e Jussaral uma importante etapa de um processo longo e conflituoso de reconquista do direito à terra, nele o estado brasileiro reconheceu como território quilombola Charco, uma área de 1.340,27 ha. Tal conquista, trouxe novos desafios, dentre eles a busca de sua autonomia produtiva, com vistas a garantir no presente e futuro sua reprodução material e simbólica. O ponto de partida para a construção de alternativas de produção, parte do grupo de mulheres que esporadicamente produzem de forma coletiva azeite de coco babaçu.

A Pesquisa de Avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas Tituladas, realizada por pesquisadores da UFF, por solicitação do MDS em 14 estados brasileiros incluindo do estado do Maranhão, cujo relatório tornou-se público em 2013, revelou dentre outros problemas a situação de "grande vulnerabilidade" das

comunidades quilombolas, seja pela parca oferta de serviços públicos, seja pela "violência decorrente dos conflitos persistentes e dos problemas não resolvidos em termos de ocupação territorial" (MDS, 2013, p.13).

Este estudo revelou ainda que tal segmento tem sido pouco alcançado pelos programas governamentais voltados a melhorias das condições de produção agrícola, *“a baixa cobertura do PRONAF, do PAA e da ATER merece especial atenção, pois indica que o potencial produtivo destas comunidades não estavam à época da pesquisa sendo amplamente explorado”* (MDS, 2013, p.14).

Em matéria intitulada “Mais da metade da população quilombola convive com a fome no Brasil”, publicada pela Carta capital, em dezembro de 2014 descreve a situação de algumas comunidades quilombolas maranhenses, para ilustrar as condições de abandono vivenciadas por esses grupos no que se refere a quesitos básicos, tais como acesso a água potável, vias de circulação, etc. O que se faz compreensível a parceria do NERA, MOQUIBOM e MIQCB, como forma de superação destas dificuldades impostas a esse território.

Os parâmetros teóricos da Economia Solidária e da Gestão Territorial

A ênfase da Economia Solidária no Brasil leva-nos ao contexto dos anos 1990, de aprofundamento do desemprego. O surgimento de organizações sob lógica de economia solidária e cooperação vai a resposta as práticas neoliberais implantadas no país (SINGER, 2002). Não existe um conceito consolidado sobre Economia Solidária, podemos encontrar diversas abordagens, por diferentes autores. Identificamos de acordo com Arruda (2010) como “alternativa de modo de vida”, para Paul Singer uma abordagem de “alternativa aos modos de produção” (SINGER, 2002).

Resgatando Aristóteles (2011) podemos compreender a economia diferente do modelo adotado pelos economistas tradicionais. Economia para Aristóteles seria a arte de gerir a casa. Para Paul Singer, a Economia Solidária estaria relacionada ao movimento cooperativo e ao mesmo tempo outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual (SINGER, 2002).

A partir desta perspectiva, aliada às principais problemáticas levantadas pelos autores estudados e pelo território de Charco, nós observamos diferentes traços que caracterizam esses empreendimentos, além de dinâmicas de funcionamento tanto dos empreendimentos quanto das diferentes comunidades. A partir dos intercâmbios realizados com experiências já presentes no estado, podemos perceber a particularidade que cada uma apresenta, funcionando sejam de formas cooperativas, associativas ou de grupos, todas inteiramente ligadas ao desenvolvimento sustentável. De acordo com Armani (2010) O desenvolvimento das organizações (sociais) significa o cuidado e a tentativa de orientar o seu processo de mudança e adaptação na perspectiva de seu fortalecimento. A Sustentabilidade apresentada nessas comunidades difere das que encontramos no mercado capitalista, é resultado da interação que os mesmos apresentam com o ambiente. O cuidado territorial, o saber tradicional, identificados na forma de plantar, de colher de se envolver socialmente é resultado de esforços dinâmicos, solidários, históricos e culturais.

Ainda de acordo com Armani (2002) Sustentabilidade não se refere apenas à sustentação das organizações sociais, mas também as questões dos parâmetros éticos, culturais, políticos e técnicos que governam as concepções e formas como a sociedade enfrenta a problemática da pobreza e da desigualdade e da promoção do desenvolvimento, entendido pelo território como “o bem viver”, observando a natureza não só como meio de produzir riquezas, de acumulação de riquezas, mas essencial para sua existência e seu modo de vida. O desenvolvimento passa a ser um desafio de cada pessoa, de cada comunidade, de cada nação (ARRUDA, 2010). Para o mesmo autor:

“A aspiração de todo ser humano, mesmo o mais alienado, vai além de, simplesmente, sobreviver. Desse modo, o desafio é, portanto, ir além da mera reprodução da vida física. Como coloca José Luiz coraggio, é a reprodução ampliada da vida, ou seja, uma reprodução da qualidade de vida. A economia social deverá criar as condições para o desenvolvimento efetivo de cada ser humano e da coletividade (ARRUDA, 2010)”.

Os empreendimentos solidários são estratégias que geram oportunidades de inclusão socioeconômica, potencializando as cadeias produtivas no âmbito de processos de desenvolvimento sustentável multiescalar e governança territorial. A economia solidária tem sido exercitada por diversos grupos no campo e na cidade, na perspectiva de promover práticas

socioeconômicas visando o trabalho cooperativo entre trabalhadores e trabalhadoras em atividades de segmentos diversos.

Para entendimento deste projeto, vale ressaltar sobre as diversas abordagens que tratam do tema da economia solidária, entendendo este trabalho a partir da perspectiva da antropologia econômica e sociologia econômica que visa desconstruir o entendimento de economia reduzida ao princípio mercantil e precarização do trabalho. Assim é possível qualificar as atividades desenvolvidas pelas quebradeiras de coco do território do Charco como importante ferramenta de interação social e cultural dessas comunidades, que por vezes são caracterizadas nos discursos hegemônicos como trabalho indigno, atuando como estratégia de desestruturação das mesmas.

Os valores filosóficos da economia solidária apresentaram-se em sintonia com o território estudado, onde o bem comum, os valores de grupo, a ausência de competição não são encarados como regras, mas ações cotidianas, organizadas e/ou articuladas em prol do desenvolvimento do territorial através da autonomia submetidas por eles.

Os desafios à governança territorial em Charco na perspectiva da economia solidária na Rede do babaçu se expressa na capacidade dos atores sociais do território, de realizar a gestão social, ou seja, na capacidade das pessoas em ação social, gerarem resultados políticos e sociais para o território (COREZOLA et al, 2009). Essa gestão social ou participativa, na qual os sujeitos sociais envolvidos no processo, ou seja, os, quilombolas, tornam-se os protagonistas, realizando, com base no conhecimento que detém de seus territórios propor ações que visam fortalecer a organização local em torno da rede agroextrativista do babaçu. Privilegiando assim um tipo particular de saber (GERRTZ, 1994).

Quando as quebradeiras de coco mobilizam esse saber, elas estão assumindo o protagonismo na gestão sobre o território de Charco, através da organização e articulação em torno do extrativismo babaçu e ao mesmo tempo reafirmando seu modo de vida. A governança territorial se expressa nesse sentido, através do conhecimento do espaço geográfico do território, com as áreas de ocorrências de babaçuais, mananciais, solos férteis para uso agroextrativista. Dessa forma, esse conhecimento além de fornecer subsídios que fomentem a gestão e o uso social do território por seus moradores, adéqua os usos a sua realidade e

necessidade. Reforçando a autonomia desses grupos, reivindicando para si a capacidade de governarem seu território diminuindo a intervenção e a burocracia estatal.

Onde chegamos

A governança territorial sobre a lógica da Economia Solidária vem contribuindo significativamente na luta dessas comunidades quilombolas, visto que elas próprias que propõem o debate a gestão do território, os pesquisadores que participam contribuem com o conhecimento acadêmico este quando se fizer relevante às comunidades, tal como a sistematização de experiências vivenciadas por outras comunidades.

Refletir sobre as situações de aprendizagem de experiências de gestão territorial intergrupos e intragrupos se faz oportuno diante da preocupação apresentada pelas duas comunidades que compõem o território sobre as alternativas para reestruturação do território após um longo processo de luta de caráter socioambiental. Observou-se pelos próprios membros do território uma significativa capacidade agroextrativista em torno do babaçu, apresentando, portanto, alternativas para a organização do território e ao mesmo tempo autonomia. A economia solidária apresenta-se aqui com seus traços sociais particulares, de socialização de bens de produção e do trabalho, de solidariedade de cooperação e também de sustentabilidade.

A cadeia produtiva do babaçu, na produção do azeite, do mesocarpo do carvão, desencadeou outras atividades que contribuem para o tipo de organização que esta sendo articulada. Os intercâmbios realizados com outras comunidades experientes nesse tipo de economia possibilitou a compreensão de que é possível materializar essa produção, da possibilidade de mercados, da necessidade de entender que o processo é longo, mas que apresenta resultados futuros significativos. Feiras de trocas solidárias, criação da logomarca dos produtos ainda são etapas a serem contempladas na segunda fase do projeto.

Conclusão

Os empreendimentos como este que estão sendo analisados sob a perspectiva de economia solidária mostram-se importantes alternativas de transformação da realidade econômica em comunidades do estado do Maranhão, que passaram e continuam a enfrentar disputas territoriais, buscando-se uma outra economia pautada na solidariedade e de trabalho

digno com valores justos. Essas formas de organizações, ainda precisam de muitos estudos e análises, pois possuem características muito próprias e por se tratar de um campo novo de investigação e complexo no atual contexto socioeconômico.

O território quilombola Charco apresenta grande potencialidade para desenvolvimento de tal projeto na perspectiva de Economia Solidária, as duas comunidades, apesar do longo e intenso processo de disputa territorial com grileiros e pistoleiros, apesar das terras presas por tanto tempo, apresentam forte autonomia e altas perspectivas para o desenvolvimento material e simbólico de seu território, uma vez que estes dois andam juntos.

Parafraseando a atual representante da comunidade Charco, Zilmar Mendes, “a luta nunca termina”, seja por acesso aos seus territórios, seja pelas alternativas de reprodução socioeconômica, seja pela luta de identidade e de trabalho justo. Comunidades negras, em especial as quilombolas, encontram-se continuamente em processo de luta, a alcançar desafios, num país de dívida social histórica com comunidades tradicionais.

O projeto ainda apresenta grandes desafios, bem como a economia solidária ainda requer muitos estudos e discussões. Até a momento da escrita deste texto o processo de titulação do território não havia sido concluído, ou seja, embora a comunidade tenha conquistado o uso autônomo da terra, as pessoas ainda sentem-se inseguras quanto a opção de realizar investimentos de longo prazo. Diante do que foi exposto, destacado o objeto do projeto extensionista do NERA-UFMA, pretendemos continuar a pesquisa a fim de compreender e contribuir para que tal comunidade, assim como tantas outras do estado, se não, do país possam encorajar-se e enfrentar as limitações de reprodução de vida impostas a eles sejam por processos de grilagens de terras ou por tantos problemas enfrentados por comunidades tradicionais de todo o país.

Referências Bibliográficas

ARMANI, Domingos. **Organizações da sociedade civil: protagonismo e sustentabilidade**. 1. ed. – Barueri, SP: Instituto C&A, 2013.

ARMANI, Domingos. **Sustentabilidade: do que se trata afinal?** Rio grande do sul; Unisinos. 2002. Mimeo.

ARISTÓTELES. Econômicos / obras de Aristóteles ; introdução, notas e tradução do original grego e latino Delfim F. Leão. – São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2011. – (Coleção obras completas de Aristóteles)

BERNARDES, Júlia Adão & SILVA, Cátia Antônia da. Modernização e território: entre o passado e o presente do Norte Fluminense. – Rio de Janeiro: Editora Lamparina. Coed. CAPES, 2014.

COREZOLA, Fernanda; OLIVEIRA, Douglas Carlos; ALMEIDA, Graça Maria. **Desafios da governança territorial incorporados ao programa Territórios da Cidadania**. In Raízes: revista de ciências sociais e econômicas/ Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – v. 28. ns. 1 e 2 e v. 29. n. 1, p. 87-96, jan./2009 a jun./2010.

DIEGUES, Antonio Carlos. (org). **Etnoconservação da Natureza: novos rumos para a conservação da natureza nos trópicos**. São Paulo: Anablume/Hucitec, 2000.

Eliane Cantarino (Org). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, Vozes, 1997, 366 pp

LIMA, Roberta M. B de F. **Geografia dos conflitos agrários nas microrregiões da Baixada e do Litoral Ocidental Maranhense**. Relatório de Pesquisa, PIBIC-UFMA, 2014. MSD, **Pesquisa de Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e nutricional em Comunidades quilombolas tituladas**, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2013.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**.- 1º ed.- São Paulo: Editora fundação , 2002.